

A AGENDA DA REUNIÃO DO G-20, EM LONDRES, FACE À CRISE, E O TOMBO DO BRASIL



Durval de Noronha Goyos*

O encontro entre Luíz Inácio Lula da Silva e Barack Obama, em março, para formatar os entendimentos da reunião do G-20, ocorrida em Londres, abre importante precedente já que, em geral, o Estado hegemônico e seus aliados fecham a agenda das grandes reuniões e só então a apresentam, em conjunto, aos Estados periféricos, para simples ratificação ou ainda sua mais resignada aceitação.

Dessa vez, a reunião deu-se isolada com o Brasil, o que denota maior respeito pela crescente relevância do País nas relações internacionais e sua liderança regional frente aos países em desenvolvimento. Não que os Estados Unidos tenham perdido o hábito de expor fatos consumados. Apresentaram uma lista acordada com o Reino Unido, seu tradicional parceiro na bonança da exploração de terceiros países, como na desgraça da falência dos mercados financeiros.

Desde a crise do Canal de Suez, o Reino Unido alinha sua política externa com a dos Estados Unidos. Aliado incondicional, apesar de arruinado, o Reino Unido tem sua importância como bloqueio de políticas da União Européia desinteressantes aos Estados Unidos. Quando da visita do infeliz, trôpego e desmoralizado primeiro-ministro Gordon Brown aos Estados Unidos, 10 dias antes de Lula, Reino Unido e Estados Unidos combinaram que britânicos defenderiam a agenda comum aos europeus e americanos convenceriam brasileiros e chineses, entre outros interlocutores.

Assessorado pela usual armata brancaléone – deficientes bonecos de ego inflado do Itamaraty nas tratativas de poder das relações exteriores –, Lula ansiava cobrar um preço pelo apoio à agenda americana: a liberalização das importações de etanol. Ao fazê-lo, demonstrou que sua política externa não evoluiu em relação à de Vargas, época na qual mendigávamos favores aos Estados Unidos.

De fato, o Brasil perdeu a chance de atuar na formatação da agenda, falha sistemática do Itamaraty. Mais

ainda, nada conseguiu referente ao etanol. Não influenciou na regulamentação dos mercados financeiros, que de certo será pautada em Londres, importantíssima para nossos interesses nos mercados acionários e valores, mas também no tocante à erradicação dos paraísos fiscais, onde o Brasil figura entre as vítimas do pacto espúrio entre crime organizado e jurisdições que se colocam acima da lei, da ordem e da moralidade, para pilhar os governos dos países periféricos.

Britânicos e americanos, grandes beneficiários do sistema, têm hoje, em aproximado, um terço dos cerca de US\$ 10 trilhões depositados em regime *offshore*, o que não impediu o primeiro-ministro britânico, que por muitos anos administrou as cloacas financeiras de Londres, Jersey e Ilhas do Canal, de se tornar hoje um grande defensor da erradicação dos paraísos fiscais. É a típica hipocrisia britânica a serviço da necessidade de se tributar tais volumes extraordinários de recursos para fazer frente aos crescentes déficits fiscais do Reino Unido e também dos Estados Unidos.

Igualmente, o Brasil aceitará, a justificar o apoio fiscal, novos subsídios americanos, que darão vantagem artificial e ilegal aos competidores, em detrimento dos interesses dos setores industrial, de serviços e agrícola do País. O regime jurídico multilateral valerá apenas para os terceiros países. Para os demais, tudo é permitido. Volta o *laissez faire*.

Neste cenário, deve se interpretar a negativa americana em liberalizar o regime do etanol, o que representaria uma dissonância com o que já se pratica e que se busca homologar em Londres, com a complacência dos incompetentes agentes diplomáticos do Brasil. Os efeitos práticos da inépcia diplomática do governo Lula equivalem-se aos da pusilanimidade da "diplomacia sem sapatos" do governo FHC.

*Sócio sênior de Noronha Advogados, membro das Ordens dos Advogados do Brasil, Inglaterra e Portugal e professor de Direito Internacional.